

O campesinato e o seu histórico papel na sociedade

The peasantry and its historical role in society

Alcimária Fernandes da Silva * 

Anieres Barbosa da Silva * 

Resumo

A compreensão do espaço agrário atual requer dos pesquisadores de todas as áreas do conhecimento, em especial da ciência geográfica, um aprofundamento teórico que esclareça a complexidade desse tema. Tendo como referência essa premissa, o artigo se propõe a analisar como teóricos clássicos abordaram o processo de expansão do capital no campo e as consequências para os camponeses. Na elaboração e estruturação do texto, foram necessários suportes bibliográficos, amparando-se principalmente em autores que fazem a leitura dessa problemática, como Kautsky (1980), Lênin (1982), Luxemburgo (1970) e Chayanov (1924; 1974). Com isso, foi possível identificar que no estudo do desenvolvimento do capital no campo, autores como Kautsky (1980) e Lênin (1982), através de uma perspectiva linear, acabaram por decretar o fim do campesinato. Entretanto, provando que a história está em movimento e que a ciência se constrói constantemente, pensadores como Rosa Luxemburgo (1970) e Chayanov (1974) justificaram a permanência e a importância do campesinato no capitalismo. Além disso, concluímos que esse aporte teórico tem subsidiado as interpretações de autores brasileiros contemporâneos, principalmente da Geografia, na leitura do espaço agrário.

Palavras-chave: capitalismo no campo; teóricos clássicos do campesinato; espaço agrário; recriação do campesinato.

Abstract

The understanding of the current agrarian space requires researchers from all fields of knowledge, especially from the geographical sciences, to delve into theoretical foundations that elucidate the complexity of this subject. With this premise as a reference, this article aims to analyze how classical theorists approached the process of capital expansion in rural areas and its consequences for peasants. In the elaboration and structuring of the text, bibliographic support was necessary, primarily relying on authors who address this issue, such as Kautsky (1980), Lenin (1982), Luxemburg (1970), and Chayanov (1924; 1974). Thus, it was possible to identify that in the study of capital development in rural areas, authors like Kautsky (1980) and Lenin (1982), through a

* Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, João Pessoa, PB, Brasil.
E-mails: alcimariafernandes@hotmail.com; anieres@gmail.com

linear perspective, ultimately declared the end of the peasantry. However, demonstrating that history is in motion and that science is constantly evolving, thinkers like Rosa Luxemburg (1970) and Chayanov (1974) justified the persistence and importance of the peasantry in capitalism. Furthermore, we conclude that this theoretical contribution has supported the interpretations of contemporary Brazilian authors, especially in Geography, in reading the agrarian space.

Keywords: capitalism in the countryside; classical theorists of the peasantry; agrarian space; recreation of the peasantry.

Introdução

A Geografia, como ciência, tem se ocupado de um largo debate sobre o campo. Com isso, podemos observar a necessidade de considerar o retorno aos clássicos no intuito de melhor entender a complexidade que envolve o espaço agrário para não correremos o risco de adentrar em leituras reducionistas que tendem a maximizar a importância dos grandes capitalistas em detrimento dos camponeses.

É nessa perspectiva que o texto ora proposto aborda o papel do campesinato na sociedade, mostrando que historicamente ele tem ocupado as reflexões de grandes estudiosos da questão agrária, tanto no século XIX, em que ganhava força a expansão do capitalismo no campo europeu, como nos dias atuais, em que a expansão do capital continua cada vez mais intensa, resultando na dominação de espaços, na expropriação e subjugo dos sujeitos sociais do campo. No caso do brasileiro, as ações do capital têm reverberado de maneira intensa sobre os territórios dos agricultores camponeses, indígenas e quilombolas.

Trazer para o debate os camponeses e elementos históricos a eles inerentes é uma forma de aprendermos com os seus ensinamentos, pois são sujeitos que têm nos dados lições de como enfrentar crises as quais são vivenciadas e inerentes ao capitalismo. Assim, admitimos, como Shanin (2008, p. 28-29), que “precisamos estudar os camponeses não só para ajudá-los, mas para nos ajudar. Nós não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida”.

Com isso, metodologicamente, aproximamo-nos de autores que ao longo tempo vem fazendo uma leitura do desenvolvimento do capitalismo no campo e do papel do

campesinato na realidade europeia do século XIX. Nesse sentido, evidenciamos a contribuição de teóricos clássicos para os estudos agrários no intuito de buscar entender, em suas análises, o desenvolvimento do capitalismo no campo e o futuro do camponês.

Ressaltamos a importância desse exercício teórico quando objetivamos discutir elementos que envolvem o espaço agrário e, a ele intrínseco, o papel do campesinato. Temos clareza de que, embora não seja possível a aplicação pronta e acabada desse arcabouço teórico na nossa realidade, o retorno a essas teorias em pleno século XXI é um indicativo de que a construção do conhecimento está em movimento, se aprimorando, e que não podemos nos distanciar do conhecimento científico acumulado no decorrer do desenvolvimento da ciência.

Para uma melhor compreensão, nortearam as nossas discussões os seguintes questionamentos: Com a expansão do capital no campo europeu do século XIX, quais análises foram feitas pelos então denominados de Marxista Ortodoxos sobre o campesinato e o seu futuro? E pelos Marxistas Heterodoxos? Qual o lugar assumido pelos camponeses com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo brasileiro? Desaparecimento do campesinato ou a sua recriação?

Quanto a estrutura, o trabalho ora proposto apresenta a seguinte organização: no primeiro momento, trazemos a introdução que se constitui nessa parte do texto com o problema, justificativa, aspectos metodológicos e objetivos; o desenvolvimento enfatiza discussões de autores como Kautsky, Lênin, Rosa Luxemburgo e Chayanov, os quais abordam à sua época e considerando realidades específicas, as consequências do desenvolvimento do capitalismo no campo. Enfatizamos o lugar do camponês no desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo brasileiro e, por último, são apresentadas as considerações finais e referências.

Kautsky e Lênin: a expansão do capital no campo resultaria no fim do campesinato

No intuito de conhecer as discussões de Kautsky sobre o campesinato, é importante considerar o seu livro *A Questão Agrária*, escrito no final do século XIX. Essa obra foi produzida em meio a amplas discussões ocorridas dentro da social democracia da Alemanha do final desse século, em que os debates se davam em torno das transformações da sociedade, com ênfase no papel da agricultura e do próprio

campesinato frente às transformações que vinham se dando com o desenvolvimento do capitalismo. Assim, o livro teria um papel de responder aos críticos que apresentavam leituras divergentes da realidade.

Nesse sentido, como fruto desse debate, a referida obra apresenta uma análise sobre a agricultura, tendo como suporte o pensamento de Marx, presente em *O Capital* e nas teorias sobre a *mais-valia*, enfatizando que o capitalismo, ao penetrar no campo, geraria várias transformações, sendo uma delas a concentração da riqueza, da mesma forma como ocorria na indústria. Além disso, as grandes propriedades absorveriam as pequenas e os camponeses não suportando os impostos e dívidas cobradas pelos grandes capitalistas e latifundiários se submeteriam ao processo de proletarização.

É importante ressaltar que Kautsky faz parte da corrente teórica dos então denominados Marxistas Ortodoxos, corrente que pressupunha o desaparecimento do campesinato frente ao contexto de desenvolvimento do capitalismo no campo. Assim, as suas análises partem do pressuposto de que o capitalismo se desenvolveria inicialmente nas cidades, em primeiro lugar na indústria. Entretanto, com o passar do tempo, a agricultura também seria inserida nesse processo, pois entendia que a indústria já havia modificado o caráter da produção rural.

Kautsky (1980), ao fazer referência à Idade Média, destaca que nesse período as famílias camponesas se caracterizavam por ser uma sociedade econômica autossuficiente que produzia não somente os seus gêneros alimentícios, mas sua casa, seus utensílios domésticos, ferramentas, confeccionavam a sua própria roupa, etc. O camponês ia ao mercado no intuito de vender o sobejo do que produzia e, a partir disso, comprava o supérfluo. “Do resultado do mercado poderiam depender a sua abastança e o seu luxo, mas nunca a sua existência” (Kautsky, 1980, p. 12).

Essa sociedade econômica que se bastava inteiramente ou quase inteiramente, como apresentado, só se tornaria vulnerável a aspectos ou fenômenos inerente à natureza que viessem a interferir na dinâmica da produção e sobrevivência desses camponeses como, por exemplo, as secas, a invasão do inimigo, colheitas infelizes, etc. Mesmo nesses escritos que não foram ao todo aqui apresentados, Kautsky (1980, p. 12) deixa pistas sobre o poder dos camponeses para reverter às situações que lhes afetam e enfrentar as crises, pois assim ele se expressa: “Mesmo esses golpes do acaso só constituíam um mal

passageiro; não secavam as fontes de vida [...] se os braços necessários continuavam válidos, se os homens e o gado nada haviam sofrido, o mal era de fácil reparação”.

Entretanto, era século XIX, e o foco principal era de fato entender como a agricultura reagiria ao desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, a indústria capitalista passa a ser vista nas análises do autor com um alto nível de superioridade, sendo capaz de eliminar rapidamente a indústria doméstica camponesa que produzia para atender as suas necessidades:

Quanto mais tal processo avança, e mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade por dinheiro, não apenas para compra de coisas dispensáveis, e mesmo supérflua, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro (Kautsky, 1980, p. 13).

Seria justamente essa busca por dinheiro elencada acima que alimentaria o processo de exploração do camponês. Com isso, ao publicar sua obra, Kautsky evidencia que o camponês deixaria de ser o senhor da sua propriedade e acabaria por se transformar em um anexo da exploração industrial. Portanto, apresentaria maior vulnerabilidade a todo esse processo.

Ao se referir a essa conjuntura, Paulino e Almeida (2000) destacam que “para Kautsky, por mais impermeáveis às mudanças que fossem as unidades camponesas, elas sucumbiriam ao modo de produção industrial que, em última instância, se constituiriam no veículo do seu desaparecimento”. Assim, concluem que nesse modelo teórico, a proletarianização camponesa seria um processo irreversível e irrestrito. Além disso, existia a inviabilidade da pequena produção camponesa e o destaque para a grande produção capitalista.

De fato, as reflexões de Kautsky dão conta de uma verdadeira transformação dos camponeses em proletários, que de posse de pouca terra teriam que recorrer à venda da força de trabalho nas grandes propriedades. Seria na sua concepção o fim dos camponeses, aspecto que tem alimentado o discurso de muitos teóricos até os dias atuais. Entretanto, por outro lado, visualizamos algumas pistas para pensarmos através desse autor a possibilidade da permanência camponesa no modo capitalista de produção que se expandiria no campo. Um exemplo são as indicações sobre o trabalho acessório em que os camponeses não deixam suas terras, não perdem a sua autonomia do trabalho que continuam a desenvolver e ainda podem garantir que, com os recursos obtidos através do trabalho acessório, possam melhorar a sua propriedade, mesmo que para Kautsky (1980),

todo esse processo que envolve a inserção do capital no campo e a proletarização do camponês com a conseqüente relação explorador e explorado, acabe gerando a destruição da antiga harmonia presente no seio dessa classe.

Além disso, o autor não trata de abordar apenas o processo de proletarização sofrido pelo camponês, uma vez que nesse movimento ele acaba retratando os pontos negativos que resultam da transformação desses sujeitos de camponeses do campo em proletários, principalmente nos espaços urbanos. Exemplificando essa realidade, esclarece Kautsky (1980):

Tomemos por exemplo, um pequeno camponês que tem um rendimento de 500 francos, mas que não paga aluguel e produz a maior parte dos seus próprios gêneros alimentícios. Uma infelicidade o atrai ao proletariado. Deve então ir à cidade. Lá encontra um emprego de 1.000 francos anuais. Seu ganho dobrou e, contudo, a sua situação piorou. Precisa pagar um aluguel, talvez a passagem da estrada de ferro para ir à fábrica. O leite, os ovos, os legumes, a carne de porco, que nada lhe custavam, ele agora os compra caros. Os seus filhos já não podem correr de pés no chão. As condições higiênicas, piores, exigem despesas maiores com o médico e a farmácia. Mas para o estatístico do imposto sobre a renda ele está numa situação duas vezes melhor. Prova-se assim, irrefutavelmente, que o conforto geral aumentou (Kautsky, 1980, p. 84).

Como proletário, vivendo na cidade, o camponês sofre uma total transformação em seu modo de vida e passa a comprar o que antes conseguia livremente produzir no campo. Passa a ter um ganho maior, entretanto, as suas despesas também se elevam consideravelmente a partir dessa transformação de camponês em proletário.

Mesmo como esses entraves referentes ao processo de proletarização, Kautsky a via como um mal necessário, pois o futuro, a partir do que o autor analisa no século XIX, se constituirá no modo de produção moderno no qual predominarão o trabalho assalariado do camponês e a indústria agrícola do grande lavrador. Não existirá a separação entre a indústria e agricultura, sendo que do ponto de vista econômico ocorreria o domínio da primeira sobre a segunda, que estará refém as suas ordens. Assim, se a direção da evolução industrial serve de regra para a evolução agrícola e se a indústria segue a orientação para o socialismo, a agricultura deveria trilhar o mesmo caminho (Kautsky, 1980). “A grande empresa socialista não expropriará o pequeno camponês. Ela o arrancará ao inferno em que a sua propriedade privada hoje o acorrenta” (Kautsky, 1980, p. 184).

Na perspectiva de discussões envolvendo a questão agrária e o Marxismo Ortodoxo, na realidade da Rússia, destacamos também a contribuição de Lênin. Para

entendermos as suas reflexões nesse contexto, faz-se necessário considerar que a Rússia apresentava características que a distinguiu da realidade da Europa Ocidental no final do século XIX, como por exemplo, ter sido o último estado europeu a abolir a servidão; a comuna camponesa russa (*mir*) mantivera-se até meados do século XIX pouco alterada, e o fato de possuir grande quantidade de terras desocupadas (Silva, 2012).

Uma das obras mais importantes de Lênin sobre o tema é *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, tendo sido escrita quando ele se encontrava exilado na Sibéria e publicada no ano de 1899. Nessa obra, o autor lança críticas aos Narodiniks (populistas) que acreditavam ser possível a Rússia evitar a fase do capitalismo e que a comuna rural poderia servir de base para o comunismo.

Havia em vários setores da sociedade uma expectativa de que a comuna camponesa poderia se manter no futuro, independentemente do caminho que a Rússia trilhasse. À esquerda, os populistas acreditavam que ela poderia ter um lugar na construção do socialismo. À direita, acreditava que ela era compatível com o desenvolvimento capitalista. A essência do pensamento dos populistas era que a Rússia não precisaria passar por uma fase de capitalismo para atingir o socialismo. Para eles (como para uma parte da direita, mas por razões diversas), a comuna camponesa era dotada de qualidades que tornavam indesejável sua substituição pela economia e democracia ocidentais. Essas qualidades, como a democracia direta e a proteção dos indivíduos pelo coletivo, deveriam ser preservadas, pois continham a semente do socialismo futuro (Silva, 2012, p. 113).

A visão de Lênin (1982) diverge da realidade acima apresentada. Defende que as comunas rurais já haviam sido aniquiladas pelo capitalismo, acreditando que até o feudalismo já estava sucumbindo nesse país. Observa ainda aspectos como o crescimento de bens na Rússia, que viria a substituir os mercados locais, bem como um processo de decomposição dos pequenos agricultores, o que acabava beneficiando a formação de uma força de trabalho advinda do campesinato pobre.

Compreendemos que faltaram no que foi analisado e escrito por Lênin (1982), no entendimento sobre o futuro da comuna russa a partir da introdução do capitalismo, as respostas de Marx endereçadas à Vera Zasulich, componente do grupo marxista Emancipação do Trabalho. Vera Zasulich chegou a escrever para Marx em 16 de fevereiro de 1881, preocupada com esse assunto.

Na carta, Vera Zasulich destaca a leitura do livro *O Capital* de Marx pelos russos e a forma como ele vem sendo interpretado. Remetendo-se ainda às duas possibilidades visualizadas no que se refere ao futuro da comuna. A primeira seria a sua liberdade com

a possibilidade de se desenvolver pela via socialista e, portanto, em bases coletivas. A segunda envolveria o perecimento da comuna, com as terras dos camponeses sendo passadas às mãos da burguesia. Diante disso, solicita o posicionamento de Marx sobre o assunto, “Se o tempo não lhe permite apresentar suas ideias de uma forma bem detalhada, então, enfim, que faça a gentileza de fazer isso na forma de uma carta a qual possamos traduzir e publicar na Rússia” (Shanin, 2017, p. 148).

As respostas a essa correspondência não chegaram de imediato às mãos de Zasluch, só sendo encontradas os seus rascunhos em 1911 por D. Riazanov, e publicadas em 1924, alguns anos após a morte de Marx que ocorreu em 1883.

Foram quatro rascunhos que se remetem a uma tentativa de esclarecimentos e respostas às inquietações de Zasluch sobre o destino da comuna russa. Neles, podemos perceber também a existência de uma preocupação por parte de Marx no que se refere à forma como o seu livro *O Capital* foi interpretado por alguns leitores russos. Assim, ele enfatiza a realidade que analisa em seu livro que é a Inglaterra e o fato de restringir a “inevitabilidade histórica” aos países da Europa Ocidental e que, portanto, é um contexto que difere do que vivenciavam os russos.

No segundo rascunho da carta de Marx direcionada a Zasluch, ao se referir à comuna russa, ele escreve que “[...] apropriando-se dos resultados positivos desse modo de produção (no caso, o capitalismo), ela será capaz de desenvolver e transformar a forma ainda arcaica de sua comuna rural, em vez de destruí-la” (Shanin, 2017, p. 152). Nesse sentido, entendemos que Marx propõe que a comuna russa possa se beneficiar dos pontos positivos provenientes do desenvolvimento do capitalismo sem precisar deixar de existir enquanto comuna.

Ainda como registro das cartas de Marx, no que passou a ser posto como o primeiro rascunho, Marx escreve que “para salvar a comuna russa, deve haver uma revolução russa” (Shanin, 2017, p. 170), o que sugere o não etapismo que defende a necessidade de passagem pelo capitalismo e só posteriormente a revolução socialista. Já no terceiro e no quarto rascunho fica ainda mais explícita a dedicação de Marx em buscar compreender a realidade da comuna russa a partir de estudos empreendidos com base em fontes originais que o levam a perceber que a comuna poderia ser um ponto de partida para a regeneração da sociedade russa. Entretanto, nesses rascunhos ele reconhece os elementos externos prejudiciais que atacam a comuna e que necessitam ser eliminados

para que ocorresse o seu desenvolvimento espontâneo. Dentre os elementos, destacam-se a opressão provocada pelo Estado e a exploração empreendida pelos intrusos capitalistas.

Esse conjunto de pensamentos e análises apresentadas por Marx já no final da sua trajetória de vida suscita até hoje muitos debates. Alguns preferem se referir a esse momento como uma fase da evolução do pensamento desse autor, denominando-o de *Marx tardio*. O fato é que o conhecimento desses estudos tão aprofundados sobre a comuna nos leva a confirmar que ele também dedicou o seu tempo a estudar os camponeses. Assim, ao sugerir várias reflexões em suas cartas respostas a Zasulich, percebemos as possibilidades de permanência desses sujeitos no campo mesmo frente às ameaças externas provenientes do desenvolvimento do capital naquele país.

Assim, embora Lênin (1982) tenha chegado as suas conclusões com base em estudos empíricos, na realidade concreta observada em várias províncias da Rússia, o mesmo conclui sobre a desintegração da comunidade camponesa, vista pelos populistas como igualitária e homogênea. Essa desintegração daria origem a três segmentos com características diferentes e até mesmo conflitantes: os camponeses ricos que iriam compor a burguesia rural; os camponeses médios e os camponeses pobres. Estes últimos dariam origem ao proletariado rural.

Ao analisar essa diferenciação resultante do processo de desintegração da comunidade camponesa, Correia (2011) assim se expressa:

Lênin (1982) ainda nos remete ao processo de diferenciação interna do campesinato. Essa diferenciação consiste no empobrecimento da grande maioria dos camponeses e, simultaneamente, no aumento do poder financeiro e do controle sobre maiores extensões de terra por parte de uma parcela ínfima desse mesmo campesinato. Desse processo resultariam fragmentos sociais diferenciados: os camponeses ricos (em sua minoria que supostamente viria a constituir os capitalistas agrários); os camponeses pobres (que em prol de sua sobrevivência terão que vender sua força de trabalho formando o proletariado rural); e os camponeses médios (com o passar do tempo passariam a aumentar a fila dos proletários rurais) (Correia, 2011, p. 22).

Observamos a partir disso que a desintegração do campesinato, na visão da autora, em patrões e operários agrícolas era importante dentro do contexto de desenvolvimento do capitalismo na Rússia, tendo em vista constituir a base sobre a qual teria origem o mercado interno na produção capitalista. Os operários agrícolas constituiriam um mercado para os artigos de consumo, enquanto os patrões ou a burguesia rural seria um mercado para os meios de produção.

Ao concluir as discussões sobre a desintegração do campesinato, Lênin (1982) pontua que a situação econômica e social em que se insere o campesinato russo é a da economia mercantil e mesmo os camponeses das regiões mais atrasadas estariam inteiramente subordinados ao mercado. Seriam as contradições presentes no campesinato e que constituíam aspectos da sua desintegração que possibilitariam a origem de outro tipo de população rural.

[...] a base de uma sociedade é dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados (Lênin, 1982, p. 114).

Em síntese, os escritos de Lênin (1982), bem como os de Kautsky (1980), dão conta do desaparecimento do campesinato, a partir de uma visão baseada no Marxismo Ortodoxo “para quem o campesinato não seria mais que um resíduo anacrônico que haveria de ser sacrificado nos altares do progresso” (Gúsman; Molina, 2005, p. 53). Por isso, não teria funcionalidade a permanência dos camponeses no contexto em que envolve o desenvolvimento do capital.

Rosa Luxemburgo e Alexander Chayanov: é possível a permanência do campesinato no capitalismo

Não podemos negligenciar o pensamento de Guzmán e Molina (2005, p. 45) quando afirmam que “os planos de Marx eram outros ao considerar que seu trabalho ainda não estava maduro para letra impressa, quando a morte o surpreendeu, em plena análise do campesinato.” Essa “incompletude” nos estudos de Marx sobre o campesinato frente ao desenvolvimento do capitalismo abriu espaço não só para o que denominamos até aqui de Ortodoxos, mas também para outra corrente de pensamento conhecida por Marxismo Heterodoxo em que podemos destacar como expoentes autores como Rosa Luxemburgo que desenvolve a teoria dos “*espaços vazios do capitalismo*” e também Alexander Chayanov com a “*teoria da economia camponesa*”. Muitas das reflexões desses autores irão interferir no pensamento crítico contemporâneo e tem subsidiado a análise da realidade do campo brasileiro.

Como já enfatizado, o surgimento da corrente denominada de Marxismo Heterodoxo abre horizontes para refletirmos sobre o campesinato, bem como o processo de

desenvolvimento e acumulação capitalista. É importante considerar que os autores dessa corrente apresentam fortes discrepâncias com os aspectos defendidos pelos Marxistas Ortodoxos. Além disso, são escritos que trazem possibilidades de pensar a resistência e a recriação camponesa no contexto em que é predominante o modo de produção capitalista.

Rosa Luxemburgo é uma das principais autoras dessa corrente. Dentre os seus vários escritos, *Introdução à Economia Política* constitui-se como muito importante, pois nele encontra-se presente a construção de uma tríade de formação das classes sociais capitalistas que não está calcada em uma análise etapista e evolucionista da história, sendo que destruição, resistência e recriação dos modos comunitários de produção e do campesinato são possibilidades no contexto de expansão do capitalismo pelos territórios (Prieto, 2017).

Esse viés de análise apresentado por Prieto (2017) sobre Luxemburgo diverge do que é defendido na perspectiva teórica do Marxismo Ortodoxo, na qual se observa uma evolução etapista ou sequencial dos modos de produção. Ao contrário desse pensamento, ao desenvolver a *teoria dos espaços vazios do capitalismo*, a autora nos mostra que qualquer sociedade pode coexistir com regimes de produção diferentes, existindo entre eles, inclusive, intercâmbios. “Nesse sentido, o campesinato, como estrutura social não capitalista, possui mecanismos de funcionamento que marcaram fortes peculiaridades em seu intercâmbio com a forma de exploração dominante nessa determinada sociedade” (Gusmán; Molina, 2005, p. 49).

Assim, tendo em vista a possibilidade de coexistência de regimes de produção diferentes, entendemos que o desenvolvimento do capitalismo no campo não significa a desintegração e/ou desaparecimento do campesinato como defendiam Lênin (1982) e Kautsky (1980), mas condições para sua reprodução, muito embora o capital em determinadas circunstâncias acabe se beneficiando da produção camponesa.

Dessa forma, a reprodução contraditória do capital constituiria fator preponderante para o surgimento da resistência, reprodução e recriação do campesinato já que, ao se desenvolver, o capitalismo acaba por se beneficiar de relações de produção não capitalista, porém é importante enfatizar que esse processo não ocorre sem expropriação e subjugo dos sujeitos sociais presentes no campo, sobretudo os camponeses.

A obtenção da *mais valia*, por exemplo, estaria previamente ligada a produtores e consumidores não capitalistas, sendo esses necessários para que o capital possa se reproduzir e também para que ocorra a acumulação. No livro *A acumulação do Capital*, Luxemburgo

(1970, p. 316) assim se expressa: “a acumulação capitalista necessita, para seu desenvolvimento, de um meio ambiente de formações sociais não capitalistas; avança em constante troca de matérias com elas e só pode subsistir enquanto dispõe desse meio ambiente.”

É nessa perspectiva que a autora não se refere à acumulação primitiva somente como um processo inerente ao fim da Idade Média, mas como um processo que tem continuidade nos dias atuais:

Na acumulação primitiva, isto é, nos primórdios históricos do capitalismo na Europa, fins da Idade Média até a metade do século XIX, a libertação em massa dos camponeses constitui, na Inglaterra e no continente, o meio mais importante para se transformar maciçamente em capital os meios de produção e as forças de trabalho. Na política colonial moderna, porém, o capital realiza atualmente a mesma tarefa numa escala muito maior. É uma ilusão esperar que o capitalismo se conforme com os meios de produção que pode obter pelo caminho do comércio de mercadorias. A dificuldade nesse ponto consiste em que, nas grandes zonas da superfície terrestre, as forças produtivas estão em poder de formações sociais que ou não se encontram inclinadas ao comércio de mercadorias ou não oferecem os meios de produção mais importantes para o capital porque as formas económicas ou estrutura social constituem um obstáculo. É o caso, por exemplo, da terra, com suas riquezas minerais, seus prados, bosques e forças hidráulicas, enfim, dos rebanhos dos povos primitivos dedicados ao pastoreio. Confiar-se ao processo secular lento de decomposição interna dessas estruturas económicas e em seus resultados equivaleria para o capital a renunciar às forças produtivas daqueles territórios. Por isso é que o capitalismo considera, como uma questão vital, a apropriação violenta dos meios de produção mais importantes dos países coloniais. Como os laços tradicionais dos indígenas constituem a muralha mais forte de sua organização social e a base de suas condições materiais de existência, o método inicial do capital é a destruição e o aniquilamento sistemáticos das estruturas sociais não capitalistas, com que tropeça em sua expansão. Isso não significa já a própria acumulação primitiva, mas seu processo continua até hoje (Luxemburgo, 1970, p. 319-320).

Essa forma de compreensão apresentada pela autora pautou análises e reflexões de diversos teóricos. Assim como Luxemburgo, Harvey (2004), por exemplo, tece reflexões sobre a expansão geográfica (imperialismo) para o sucesso da acumulação capitalista. Além disso, ele nos apresenta o conceito de acumulação por despossessão (ou espoliação) que muito se aproxima das discussões da autora no tocante a uma acumulação primitiva permanente.

Ao se referir à acumulação por espoliação, Harvey (2004) busca um conceito novo no intuito de reavaliar a persistência de práticas vistas como predatórias (encontra-se em andamento) e que marcaram a então chamada acumulação primitiva no contexto do processo que envolve a acumulação do capital. Assim, salienta o autor: “Como parece

estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento, substituirei [...] esses termos pelo conceito de acumulação por espoliação” (Harvey, 2004, p. 121).

A acumulação por espoliação é um processo permanente e vai se dando à medida que o capital se apropria de novos espaços. Um exemplo é a expansão do agronegócio sobre as terras dos agricultores familiares camponeses, dos indígenas e dos quilombolas no campo brasileiro, que retirou desses sujeitos o seu meio de autossustentação mais importante que é a terra. Para Harvey (2011):

A despossessão da massa da população do acesso direto aos meios de produção (a terra, em particular) libera a força de trabalho como uma mercadoria no mercado. O relato de Marx sobre a “acumulação primitiva” pode ser dramatizada ou simplificada em demasia, mas sua verdade essencial é inegável. De alguma forma ou outra, a massa da população tem sido colocada em uma posição em que tem de trabalhar para o capital para sobreviver. A acumulação primitiva não terminou com a ascensão do capitalismo industrial na Grã-Bretanha no final do século XVIII. Nos últimos trinta anos, por exemplo, cerca de 2 mil trabalhadores assalariados foram adicionados à força de trabalho global disponível, em função da abertura da China e do colapso do comunismo na Europa central e oriental. Em todo o mundo, aconteceu a integração das populações camponesas até então independentes nas forças de trabalho [...] (Harvey, 2011, p. 55).

Ainda de acordo com o autor,

A lista dos destituídos e despossuídos é tão imponente como longa. Inclui todas as populações camponesas e indígenas expulsas da terra, privadas de acesso a seus recursos naturais e modos de vida por meios ilegais e legais (ou seja, sancionados pelo Estado), coloniais, neocoloniais e neoimperialistas, e forçosamente integradas ao mercado comercial (em oposição ao escambo e outras formas costumeiras de troca) pela monetização e tributação violenta. A conversão dos direitos de bem comum em direitos de propriedade privada da terra conclui o processo. A terra se transforma em mercadoria. Essas formas de expropriação, ainda existentes, mas mais fortemente representadas nas fases iniciais do desenvolvimento capitalista, tem muitos equivalentes modernos [...]. Parece, por vezes, como se houvesse um plano sistemático para expulsar as populações de baixa renda e indesejáveis da face da terra (Harvey, 2011, p. 197).

Diante das reflexões apresentadas por Harvey (2011), é importante aqui enfatizar o papel do Estado em todos os processos imbricados à acumulação por espoliação, processo esse que vem se perpetuando ao longo da história, mantendo a sua lógica territorial e capitalista em conexão. O Estado não chega a medir forças e faz uso da violência dentro de suas próprias definições que ampara a legalidade.

Entretanto, não podemos deixar de enfatizar que esse processo não se dá sem resistências, embora sejam em sua maioria localizadas, faltando a esses sujeitos uma luta

que não priorize apenas as causas e problemas individuais. Um exemplo são os camponeses que têm apresentado formas de resistências e de luta pela manutenção na *terra de trabalho*, envolvendo o próprio enfrentamento com os processos de proletarização ao qual estão sujeitos em seus respectivos territórios.

A aproximação com os escritos de Rosa Luxemburgo e a possibilidade de identificar a ligação com autores contemporâneos, como David Harvey, possibilita-nos entender a sua contribuição no que se refere aos estudos que envolvem o capitalismo no campo e também a questão agrária contemporânea.

Outro expoente do Marxismo Heterodoxo, Alexandre Vassilievitch Chayanov, que nasceu na Rússia em 1888, ficou conhecido pelas suas contribuições no estudo da estrutura da agricultura camponesa. “Ele estava principalmente interessado em investigar as razões de sua existência; os meios através dos quais eles vivem e se reproduzem; o funcionamento interno de sua economia e sua comparabilidade com a economia capitalista” (Shanin, 2018, p. 239)¹.

Por isso, em suas reflexões observamos o distanciamento da concepção linear do desenvolvimento do capitalismo, ao demonstrar a preocupação em desvendar aspectos do modo de vida camponês em comparação com o modelo capitalista²⁷. Assim, é notória a ênfase dada pelo autor sobre a flexibilidade no trabalho familiar e a relação dessa flexibilidade com aspectos inerentes às condições naturais e sociais, como o número de membros da família e aspectos econômicos, sempre se voltando para o bem-estar da família camponesa.

Nessa perspectiva, Chayanov (1974) também reconhece, no âmbito econômico, a relação da unidade familiar camponesa e o sistema no qual se encontra inserido, que é baseado no modo de produção capitalista:

Em la actualidad, la unidad económica campesina em casi todas partes está ligada al mercado capitalista de mercancías; em muchos países sufre la influencia del capital financeiro, que la hecho empréstitos, y coexiste com la industria organizada al modo capitalista, em algunos lugares, también com la agricultura capitalista. Las empresas campesinas tienen interrelaciones sociales demasiado complejas com todos estos elementos em la economía actual (Chayanov, 1974, p. 42).

¹ Entrevista concedida por Shanin no *New Extractivism Peasantries and Social Dynamics: Critical Perspectives and Debates*", em Moscow, Rússia, 2017. Sistematizada por: ALVES, Vicente Eudes Lemos, *et al.* Questões rurais e campesinato: uma entrevista com Teodor Shanin. **Rev. NERA**, Presidente Prudente v. 21, n. 44, p. 236-244 setdez. 2018.

São essas relações da unidade familiar camponesa que dão vida à compreensão de que o desenvolvimento do capital no campo não constitui no desaparecimento desses sujeitos. Relações que como podemos observar envolve a interferência do capital financeiro e do mercado que embora haja a inserção do camponês não significa enfatizar que essas relações sejam somente benéficas. Entretanto, como temos enfatizado, é necessário em algumas situações que os camponeses passem por processos que envolvam a sua negação para terem condições de se recriarem.

Chayanov era considerado como um expoente da Escola Organizacional Produtiva, corrente predominante no pensamento econômico russo em seu tempo. Essa insistia na necessidade de acompanhar as reformas sociais com inovações organizativas como as cooperativas e inovações técnicas, por exemplo. Por isso, muitos dos seus escritos ainda iluminam as reflexões contemporâneas sobre o cooperativismo e sua importância para as famílias camponesas.

Shanin (2018, p. 235) ao fazer referência ao pensamento de Chayanov sobre o funcionamento interno da economia camponesa e a sua comparabilidade com a economia capitalista expressa que para esse autor “a economia camponesa não é como a economia capitalista em sentido estrito, embora certamente apresente algumas das características da economia capitalista, especialmente nos países capitalistas.”

Chayanov (1924) em texto sobre a *Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas* se remete às características da unidade de produção camponesa, ao enfatizar que:

O camponês ou o artesão que gerem a sua própria empresa, sem recurso ao trabalho assalariado, obtêm, como resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto da sua exploração. Deste produto bruto temos de deduzir uma soma correspondente aos custos de produção materiais necessários durante o ano; fica então o aumento de bens materiais em valor obtido pela família graças ao seu trabalho do ano, ou, por outras palavras, o produto do trabalho desta família. Este produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento para uma exploração artesanal ou camponesa baseada no trabalho familiar, visto não existir maneira de decompor analítica e objetivamente o rendimento. Posto que o fenómeno social do salário não existe, também não existe o fenómeno social do lucro líquido. É, portanto, impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro (Chayanov, 1924, p. 482).

Pelo exposto, não é possível a *mais valia* no processo produtivo da unidade familiar já que o produtor familiar é, além de proprietário, a pessoa que trabalha. Ao se referir a essa realidade, salienta Wanderley (2009, p. 138): “[...] quem trabalha é o agricultor familiar e sua família e é familiar a propriedade do estabelecimento.”

Além desses elementos apresentados, existem ainda outros aspectos que permeiam a unidade de produção familiar nas análises feitas por Chayanov como, por exemplo, o fato de o rendimento da produção constituir-se como indivisível, não sendo possível, portanto, a separação entre o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra. Refere-se ainda ao balanço entre trabalho e consumo, que envolve o esforço exigido no trabalho e o grau de satisfação da família.

Dessa forma, o objetivo principal dessas unidades produtivas é a satisfação das suas necessidades, o que implica considerar vários elementos que influenciam nessa dinâmica, como a própria composição familiar e as condições do solo no qual estaria localizada essas explorações pois, “Minuciosos estudos empíricos relativos às explorações camponesas da Rússia e de outros países permitiram-nos verificar a seguinte tese: o grau de auto exploração é determinado por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devida ao trabalho” (Chayanov, 1924, p. 482).

Ademais, existe uma estreita relação entre número de pessoas que compõem o núcleo familiar e o volume de atividade econômica a ser desenvolvida,

En conocimiento de esta dependencia podemos tratar el problema del carácter interno de esta reacción y suponer que no es el tamaño de la familia lo determina el volumen de la actividad económica familiar como pensamos antes; por el contrario, podemos decir que el grado de actividad agrícola determina a composición de la familia (Chayanov, 1974, p. 61).

Para Wanderley (2009) no que se refere ao esforço de Chayanov em compreender o campesinato, em seu contexto mais global da sociedade capitalista moderna, são importantes as discussões que envolvem a circulação geral da economia mundial que influenciava a agricultura naquele momento em específico. Percebemos a partir disso que Chayanov não negligencia em suas análises os aspectos externos, denominando de “fatores dados”, isto é, “ligaduras sociais”. Outro aspecto importante é que Chayanov, ao contrário de Lênin, por exemplo, não visualizava o desaparecimento do campesinato diante do desenvolvimento do capitalismo. Assim, mesmo afetando as unidades de produção camponesa, o desenvolvimento do

capitalismo não seria capaz de anular as especificidades desse grupo, “mesmo estando integrada ao movimento geral de valorização do capital, a economia camponesa se reproduz sobre a base dos princípios gerais de seu funcionamento interno, nos termos apresentado por Chayanov” (Wanderley, 2009, p. 143).

Nessa perspectiva, reconhecemos a pertinência do aporte teórico aqui apresentado, pois as reflexões e contribuições dos teóricos clássicos não podem ser negligenciadas ou desconsideradas em pesquisas que abordem o campesinato. Entretanto, convém destacar que existem algumas ressalvas ou cuidados que precisamos ter ao utilizarmos esses referenciais, tendo em vista o universo empírico e o momento histórico em que se deu o desenvolvimento desses trabalhos. Nesse sentido, no próximo item buscaremos uma maior aproximação com a realidade brasileira a partir de autores que debatem a questão agrária no país, os quais têm uma proximidade com as teorias antes apresentadas.

O lugar do camponês no desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo brasileiro: algumas reflexões

A partir da segunda metade do século XX, o campo brasileiro vivencia com mais intensidade a presença do capital, que se materializa através de empresas, expansão das agroindústrias e a própria circulação de mercadorias. Como resultado desse processo, passa a ocorrer também a intensificação da concentração das terras e a expropriação de muitos camponeses.

O que se observa, nessa conjuntura, é um espaço agrário marcado por contradições, pois, ao mesmo tempo em que está em funcionamento o agronegócio, baseado na produção de *commodities* em que é predominante o capital financeiro, a conexão com o mercado externo e com grande concentração de terras, temos, por outro lado, a agricultura camponesa que permanece, que tem apresentado várias formas de resistência no campo.

Assim, devemos entender que imbricados a essas contradições presentes no campo brasileiro, no âmbito teórico-político ocorrem vastas discussões sobre qual o papel deverá ser assumido pela classe camponesa. Estaria ela prestes a desaparecer ou permanecerá como resistência?

Oliveira (1986), buscando refletir sobre as transformações vivenciadas no campo, assim se expressa:

De uma maneira geral, poderíamos dizer que todos os estudiosos da questão agrária concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção - o assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção. No entanto, existem discordâncias quanto a interpretação do processo. Para uns, ele leva inevitavelmente à homogeneização: a formação de um operariado único num polo, e de uma classe burguesa no outro. Para outros, esse processo é contraditório, portanto, heterogêneo, o que leva a criar obviamente, no processo de assalariamento no campo, o trabalho familiar (Oliveira, 1986, p. 06).

Como podemos perceber, a partir do que é explicitado pelo autor, existe um consenso entre os estudiosos no que se refere ao processo de generalização do assalariamento no campo. Este se constitui em uma característica intrínseca ao capitalismo. Entretanto, também é notória a presença do trabalho familiar. Diante disso, faz-se necessário buscar compreender como as diferentes correntes teóricas analisam esse processo.

No Brasil, há um grupo de autores que apresentam um embasamento calcado nos clássicos e que, portanto, defendem o pensamento de que o campesinato será destruído e que os latifúndios irão se modernizar. Dentre eles destacamos aqui José Graziano da Silva, que em seus escritos destaca elementos como a proletarização do campesinato. Na sua visão “[...] se a pequena produção perde importância como ofertante de gêneros alimentícios, paralelamente ela ganha destaque como reservatório de braços para as atividades capitalistas” (Silva, 1981, p. 24).

A partir desse olhar, a agricultura, com o desenvolvimento do capitalismo, estaria suscetível às transformações provocadas por esse sistema. Assim, tenderia a haver um maior uso de adubos, inseticidas, fertilizantes, máquinas, trabalho assalariado, tornando a agricultura com características mais intensivas, o que resultaria em uma diferenciação social que seria marcada pela inserção ou não ao mercado, por exemplo.

Outro grupo de autores que discutem a realidade do campo brasileiro defende a permanência das relações feudais. Assim, buscam entender o desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo vendo nos camponeses e nos latifúndios elementos que caracterizam as relações feudais de produção. Correia (2011) salienta que autores como Alberto Passos Guimarães, ao analisar a questão agrária brasileira a partir do desenvolvimento do capitalismo, concordam com a existência de uma economia feudal colonial no nosso país com formas arcaicas de produção.

Essa corrente parte do princípio de que há uma penetração das relações capitalistas no campo. De certo modo creem esses autores que há uma dualidade em jogo: um setor urbano industrial capitalista nas cidades e um setor feudal, semifeudal-pré-capitalista atrasado no campo. Esses autores entendem que a penetração das relações capitalistas no campo ocorre a partir do rompimento com as estruturas políticas tradicionais de dominação. Acreditam mesmo que a economia colônia (expressão da política mercantilista dos países europeus) é caracterizada por instituições políticas e jurídicas feudais, que são os instrumentos necessários à dominação econômica das metrópoles (Oliveira, 1986, p. 09).

Entendemos que esse pressuposto teórico não tem mais tanto espaço nas discussões sobre o espaço agrário brasileiro atual, entretanto, pelo seu papel cumpre aqui destacá-lo. Como podemos observar, não há nessa corrente uma negação da presença do capitalismo no campo, entretanto, defendem a existência de uma dualidade que seria representada pelo urbano industrial capitalista e por um campo em que as relações pré-capitalistas, feudais, iriam predominar. O campo é visto como local atrasado e que, portanto, a penetração do capital se daria com o rompimento das estruturas tradicionais de dominação. Estas estariam marcadas, de acordo com essa corrente de autores, por instituições políticas e econômicas feudais.

Outros autores, como Bernardo Mançano Fernandes (2004) e Eliane Tomiasi Paulino (2003), apresentam uma visão diferenciada e defendem a permanência do campesinato em meio a expansão do capitalismo no campo. Essa perspectiva vai ao encontro do que Oliveira (1986) nos apresenta como a criação e recriação do campesinato e do latifúndio.

Entendendo que o capital se desenvolve apresentando contradições, o seu desenvolvimento daria espaço para a criação de relações não capitalistas de produção²⁹. Assim o campesinato deve ser entendido como de dentro do capitalismo e não como algo externo a este. “O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar” (Oliveira, 1986, p. 11).

Como sujeito de dentro do capitalismo, como sujeitos trabalhadores que querem entrar na terra, o campesinato também está sujeito ao capital. Essa sujeição ao capital se

dá através da renda da terra, processo esse que ocorre através da compra e venda da terra e também pela subordinação da produção camponesa ao capitalismo (Oliveira, 1986).

Como podemos observar, é de maneira crítica que Oliveira (1986) analisa a realidade do campesinato no contexto de desenvolvimento do capitalismo no campo, procurando situar o papel do campesinato em toda essa conjuntura. Entende ainda que o capital ao se desenvolver contraditoriamente acaba por dar origem a dois processos distintos: a *Territorialização do Capital* e a *Monopolização do Território pelo Capital*. O primeiro faz referência à ação territorial do capital sobre a agricultura, enquanto no segundo, sem ocorrer o processo de territorialização, o capital acaba por monopolizar o território.

Enquanto isso, ao defender a recriação do campesinato frente à expansão do capital no campo, Fernandes (2004) considera que ao mesmo tempo em que existe a subordinação do campesinato ao capital, é esse mesmo campesinato que através do seu processo de recriação acaba dando condições para o desenvolvimento do capitalismo. É importante enfatizar que o campesinato, ao se reproduzir com base em suas estratégias, não utiliza relações de trabalho e de produção capitalistas. De acordo com esse autor,

Num processo de configurações diversas, de identificação e de estranhamento, formadas pela contradição e pelo paradoxo da questão agrária, ocorrem simultaneidades e descontinuidades, em que o campesinato concebe múltiplas estratégias de recriação da própria existência, subordinando e resistindo, reinventando-se no fazer-se do dia-a-dia. Martins chama o processo de mudanças em que o camponês se insere e é inserido nas relações mercantis modernas de “reinvenção social” (Fernandes, 2004, p. 20).

Reitera ainda que,

Contraditoriamente, os camponeses destroem e constroem o capitalismo, evidente que em uma proporção bem menor do que a capacidade do capitalismo em destruir e recriar o campesinato. Ocupando a terra, destruindo o latifúndio, conquistando o assentamento; comprando terra, migrando, trabalhando, produzindo, industrializando, vendendo, consumindo, contribuindo com o desenvolvimento local, lutando, estudando, participando, reocupando terra, esses camponeses estão promovendo o desenvolvimento do capitalismo e suas estratégias de recriação. Todavia, também estão construindo sonhos, brechas, possibilidades, condicionantes. Os camponeses permanecem como sujeitos históricos e os movimentos articulados na Via Campesina vão além, manifestam-se na construção de um outro mundo: socialista? Esta é uma questão cada vez mais presente e mais distante. Presente porque a convicção da luta contra o capital é manifestada de todas as formas. Distante, porque as referências esvaem-se e o que permanece é a irreverência dos limites e dos desafios de construir espaços e de projetar o futuro (Fernandes, 2004, p. 24-25).

Como podemos perceber, são várias as formas e estratégias utilizadas pelos camponeses para se recriarem e, nesse processo, acabam por contribuir com o desenvolvimento do capitalismo. Seria essa uma forte contradição, embora necessária, diante dos desafios que são impostos a esses sujeitos.

Eliane Tomiasi Paulino (2003) também comunga dessa vertente. Existe, por parte da autora, uma preocupação em entender a permanência e reprodução camponesa no Brasil tendo como subsídios as contradições que permeiam o capitalismo. Tendo como recorte geográfico em sua tese o Norte do Paraná, uma área constituída por um alto índice de tecnificação e produtividade agrícola, apresenta evidências de que o desenvolvimento do capitalismo no campo não tem provocado o desaparecimento do campesinato, mas a sua recriação.

Nessa perspectiva, utilizando-se do conceito de *Monopolização do Território pelo Capital*, a autora apresenta o pressuposto de que a territorialização camponesa acontece concomitante a esse processo, já que resulta do desenvolvimento contraditório do capital. Esses elementos se dariam a partir da integração dos camponeses às indústrias, por exemplo.

Nesse contexto, destacamos a nossa concordância com o pensamento dos autores que seguem essa corrente. Isso porque, empiricamente, no campo brasileiro, é possível constatarmos várias dinâmicas que propiciam a permanência e a recriação camponesa no campo, mesmo naqueles espaços onde há forte atuação do capital, não sendo assim possível, portanto, falar no desaparecimento do campesinato.

Considerações finais

O artigo foi desenvolvido com o intuito de analisar a maneira pela qual teóricos clássicos abordaram o processo de expansão do capital no campo e as consequências para os camponeses. Esse exercício teórico é pertinente, tendo em vista que os estudos clássicos continuam alicerçando discussões contemporâneas que envolvem essa problemática, levando alguns autores a deferem, inclusive, o desaparecimento do campesinato no campo com a expansão do capital.

Nessa perspectiva, vale ressaltar o estudo realizado por autores como Kautsky (1980) e Lênin (1982) que ao analisarem o desenvolvimento do capital no campo, através de uma perspectiva linear, acabaram por decretar o fim do campesinato. Entretanto, provando que a história está em movimento e que a ciência se constrói constantemente,

outros pensadores, como Chayanov (1974) e Rosa Luxemburgo (1970), justificaram a permanência e a importância do campesinato no capitalismo.

De fato, os camponeses, como classe ou modo de vida, como destacado por Shanin (2008), sempre estiveram presentes na história. Com eles, existe todo um conjunto de características que estruturam a sua produção, como o trabalho familiar, a ajuda mútua, a parceria, o trabalho acessório, os processos de socialização, a propriedade da terra, o uso dos meios de produção e a jornada de trabalho.

É de fato uma classe que congrega muitas características, por isso não podemos pensar em negá-la ou defender que esses sujeitos se encontram em vias de desaparecimento com a expansão do capital no campo.

E não são apenas características, visto que os camponeses são responsáveis pela produção de alimentos que chega às nossas mesas. É tão oportuna a busca pelo apagamento do campesinato que observamos várias tentativas de grupos conservadores brasileiros, incluindo a mídia e o próprio Estado, em querer fazer referência a esses sujeitos como parte do agronegócio ou substituindo o termo camponês por agricultor familiar.

Reiteramos aqui que, contraditoriamente, os camponeses, com suas práticas, estão inseridos na sociedade capitalista. E isso tem sido comprovado através de leituras da realidade agrária mundial a partir de Luxemburgo (1970), Chayanov (1924; 1974), Shanin (2008; 2017; 2018). No contexto brasileiro, as leituras e releituras da realidade agrária têm sido realizadas, sobretudo, a partir dos estudos e publicações de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes e Eliane Tomiasi Paulino. Por meio desses autores, tem sido possível constatar que a recriação camponesa existe e não é peça de um exercício utópico (Paulino, 2003).

Referências bibliográficas

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, Alexander V. **A Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas**. Tradução de Manuel Villaverde Cabral. Disponível em: <https://issuu.com/ricardo2p/docs/tchayanov/17>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CORREIA, Silvana Cistina Costa. **Resistência (s) e formas de recriação camponesa no semiárido paraibano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em:

<http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questo-agrria-conflitualidadee-territorialidade.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

GUSMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles de. O campesinato na antiga tradição dos estudos camponeses. *In*: GUSMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3 ed. São Paulo: Expressão popular, p. 17-54, 2005.

HARVEY, David. A acumulação via espoliação. *In*: HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. 3. ed, São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do capital**. (Tradução de Moniz Bandeira). Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

PAULINO; Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida**: a Geografia dos camponeses no Norte do Paraná. 2003. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, UNESP/Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2003. Disponível em:
http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/02/02_ELIANE_TOMIASI_PAULINO.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. Rosa Luxemburgo e a expansão imanente do capitalismo: destruição, resistência e recriação dos territórios e das relações não capitalistas. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 812-829, dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.99827>

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.) **Campesinato e territórios em disputa**. 1. Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, p. 23-48, 2008.

SHANIN, Teodor. A correspondência Marx/Zasulich: cartas e rascunhos. *In*: SHANIN, Teodor. **Marx Tardio e a via russa**: Marx e as periferias do capitalismo. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2017.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SILVA, Lígia Maria O. Lenin: a questão agrária na Rússia. **Rev. Crítica Marxista**, São Paulo, v. 33, n. 35, p. 111-129, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social uma homenagem a Alexander V. Chayanov. *In*: WANDERLEY, M. N. B. **O Mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

Recebido em 30/11/2023.

Aceito para publicação em 16/05/2024.